



EDITORIAL

POVOS, TERRITÓRIO E DIREITOS: DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

O cenário de acirramento dos conflitos políticos, jurídicos, sociais e ambientais no Brasil, nos últimos seis anos, constituiu-se de sucessivas investidas contra direitos conquistados por pessoas e grupos étnica-racialmente diferenciados. O contexto de expansão do neoliberalismo globalizado, produziu o crescimento de discursos e de políticas de exclusão social. O voraz anseio do capital organizado sobre o patrimônio social, o solo, o subsolo e os recursos naturais existentes nos territórios historicamente ocupados pelos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais produz um vigoroso embate sociopolítico, em 2023, pela defesa dos direitos indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais, mas luta-se igualmente pela existência coletiva de tais povos e da natureza.

As ameaças de normatização do marco temporal – via tramitação do Projeto de Lei nº 490/2007 – e da reorganização administrativa do Ministério dos Povos Indígenas, assim como o avanço dos conflitos em territórios indígenas, como os ocorridos na Terra Indígena Yanomami no processo de desintrusão do garimpo ilegal, demonstram que os interesses anti-indígenas ainda possuem ampla base de atuação, seja na máquina estatal ou na sociedade. Modificar tais cenários não é tarefa apenas de uma mudança de governo, mas de transformações na estrutura social, econômica e cultural do país, ao mesmo tempo em que se promove a autodeterminação dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, principalmente em relação à segurança e gestão de seus territórios, e ao acesso às políticas públicas culturalmente adequadas.

Diante de tal cenário, convocamos as/os colegas para apresentarem trabalhos ao dossiê *Povos, território e direitos: diálogos socioambientais* dentro da nova Revista de Direito Socioambiental (ReDis) organizada a partir dos cursos de bacharelado em Direito mantidos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) com uma especial consideração atender à diversidade e incluir intelectuais indígenas, pois um periódico que se propõe a formular um diálogo sobre povos, territórios



e direitos deve por obrigação de cidadania democrática acolher as/os intelectuais orgânicas/os uma vez que elas/eles têm muito a dizer.

A divulgação do dossiê permitiu-nos captar pessoas importantes para a discussão que fazemos e assim temos intelectuais de boa cepa que possuem pertença indígena: Rosani de Fatima Fernandes que abre o dossiê reivindicando falar pelos povos indígenas, usando como mote, educação escolar indígena entre os povos *Jê Timbira: Akrãtikatêjê, Kyikatêjê e Parkatêjê*, conhecidos na literatura como Gaviões do Pará, que vivem hoje na Terra Indígena Mãe Maria, a autora é *Kaingang* e vive e convive há 20 anos entre os *Kyikatêjê*. Na sequência, Gildo Firmino Nunes de pertença *Galibi Marworno* escreve com Ramiro Esdras Carneiro Batista e Jane Felipe Beltrão sobre a desterritorialização e a reterritorialização entre os povos indígenas no período ditatorial no Brasil escrutinando manuscritos de *Koko Tavi*.

Bárbara Cristina Kruse e Alexandre Gonçalves Cunha trazem a público as mazelas referentes ao desastre de Mariana a partir do olhar do povo Krenak no que diz respeito ao Rio Doce como fonte de vida.

Os temas vão se trançando e instituem pontos de referência entre autoras/es e textos produzidos especialmente para o dossiê, razão pela qual a “tese do marco temporal” criticada por Marco Antonio Rodrigues, Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues e Antonio Hilario Aguilera Urquiza em face das dificuldades de considerar a ancestralidade do território *terena* de Limão Verde faz sentido. Adiante, considerando que o racismo ambiental atravessa os territórios indígenas e dificulta o acesso dos povos tradicionais às políticas de sustentabilidade, vem o alerta de César de Oliveira Gomes. O trabalho de Gomes lido em conjunto com o artigo de Eduardo Ernesto Filippi e Marcus Vinicius Aguiar Macedo permite-nos verificar que as dificuldades dos povos tradicionais não se restringem ao Brasil, pois se faz presente nos oito países que integram o Tratado de Cooperação Amazônica mantendo resquícios do período colonial.

Em *Bahserikowi*: centro de medicina indígena da Amazônia e a formação do *kumuã yepahmasã* escrito por Luciano Moura Maciel e pelo intelectual *tucano* João Paulo de Lima Barreto sobre a formação dos especialistas indígenas os *Kumua* como forma de combater a tentativa de invalidar as autoridades indígenas, quando a interculturalidade e a intermedicalidade são esgarçadas pelos não indígenas ignorando a Constituição de 1988 e a legislação complementar.



É Cyro Holando de Almeida Lins que traz a lume um ensaio autoetnográfico sobre os dilemas que assaltam as pessoas que integram o corpo técnico de instituições que precisam fazer valer as políticas públicas e ao mesmo tempo trabalham com a formulação das ditas políticas, sendo obrigados a pensar e repensar a necessidade de interseção, vislumbrando, algumas vezes, a sobreposição de políticas públicas, razão pela qual o autor procura apontar a necessidade de integração efetiva das diversas fórmula governamentais.

A sessão de artigos do dossiê encerra com Leandro Campêlo Moraes discutindo que a luta pelos territórios tradicionais deve, necessariamente, usar do pluralismo jurídico e da sensibilidade jurídica para fazer a justiça que devemos aos povos originários desde a invasão europeia.

Completando o dossiê, Adenevaldo Teles Júnior e o docente da Universidad Mayor de Santo Andrés, da Bolívia, Marcelo Fernandez Osco, trazem seus olhares sobre a reedição da obra “A função social da Terra”, de Carlos Frederico Marés de Souza Filho, um texto de leitura necessária para compreender a questão territorial brasileira a partir do direito (im)posto. Por fim, do quilombo Ivaporunduva e Coordenador-Geral de quilombos do INCRA, dialoga, a partir de entrevista conduzida pelos editores do periódico, Ricardo Oliveira Rotondano e Thiago Henrique Costa Silva, sobre as práticas e estratégias do movimento quilombola no Brasil.

Como diz Rosani de Fátima Fernandes, nós inscrevemos na revista nossas ideias, argumentos e pesquisas, porque “não queremos que ninguém fale por nós” desejamos sim, abrir um amplo debate sobre a importância dos diálogos socioambientais para o conhecimento de povos, territórios e direitos, pois não há democracia com desigualdade. Precisamos trabalhar pela igualdade e pela transformação da sociedade brasileira, apontando novos caminhos em tempos que pedem ações disruptivas em prol da democracia, dos direitos humanos e da sustentabilidade.

Esperamos que os/as leitores/as gostem da proposta e experimentem discutir o tema se comprometendo com as mudanças.

Belém, 22 de maio de 2023.

Jane Felipe Beltrão, Assis da Costa Oliveira, Almiros Martins Machado,
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega